



Articulando classe, sexo/gênero e raça na leitura da formação social brasileira

Articulating class, sex/gender and race in reading Brazilian social formation

Rodrigo Sales Queiroz*

 <https://orcid.org/0000-0002-5069-9070>

RESUMO

Este artigo versa sobre a interação entre as matrizes de dominação, exploração e opressão nas sociedades estratificadas, com enfoque nas particularidades do escravismo colonial e capitalismo brasileiro, articulando classe, sexo/gênero e raça para o debate sobre a formação social brasileira. O texto, escrito através de uma revisão narrativa de literatura, perfaz-se por meio de uma leitura materialista histórica da realidade e tem como objetivo geral apresentar contribuições para uma análise da relação entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho, e a formação social do Brasil. Para tanto, demarca-se a compulsoriedade do trabalho reprodutivo/sexual das mulheres, com atenção ao aprofundamento de opressões e explorações direcionadas às mulheres negras, como motor que sustenta o modo de produção capitalista. Ademais, o artigo reflete, a partir de breves apontamentos, sobre a reprodução da classe trabalhadora na contemporaneidade, isto é, no capitalismo dependente, e sobre a composição de uma massa brasileira subalternizada a partir das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, situada no subemprego e desemprego.

PALAVRAS-CHAVE

Divisão sexual e racial do trabalho; Reprodução social; Formação social brasileira; Massa marginal.

ABSTRACT

This article deals with the interaction between the matrices of domination, exploitation and oppression in stratified societies, focusing on the particularities of colonial slavery and Brazilian capitalism, articulating class, sex/gender and race for the debate on Brazilian social formation. The text, written through a narrative literature review, is made up of a materialist historical reading of reality and its general objective is to present contributions to an analysis of the relationship between the sexual division and the racial division of work, and the social formation of Brazil. To this end, the compulsory nature of women's reproductive/sexual work is demarcated, with attention to the deepening of oppression and exploitation directed at black women, as the engine that sustains the capitalist mode of production. Furthermore, the article reflects, based on brief notes, on the reproduction of the working class in contemporary times, that is, in dependent capitalism, and

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil) e Docente Substituto do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil). E-mail: rodrigo.sales@ufba.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p222-236



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

on the composition of a Brazilian mass subordinated based on social relations of class, race and sex/gender, situated in underemployment and unemployment.

KEYWORDS

Sexual and racial division of work; Social reproduction; Brazilian social formation; Marginal mass.

Introdução

Conhecer mais intimamente os contornos de reprodução das relações sociais, em um sistema que imbrica classe, sexo/gênero¹ e raça, talvez seja uma das condições mais imperativas para, inicialmente, realizar o enfrentamento às diferentes modalidades de opressão, dominação e exploração que se formam neste nexos relacional, mas, prioritariamente e em movimento colateral, produzir cisões na mecânica da sociedade de classes e no seu caráter corrosivo das relações sociais. Ao longo das últimas quatro décadas, mulheres intelectuais buscaram produzir chaves analíticas, através da elaboração de conceitos, para caracterizar a articulação que se estabelece nas relações de sexo/gênero, raça e classe, como nas ideias de “consustancialidade”, cunhada por Danièle Kergoat (1978), “nó”, ancorada por Heleieth Saffioti (1992) ou “interseccionalidade”, proposta por Kimberlé Crenshaw (2017) e aprofundada por outras pensadoras, como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020).

Reconhecemos a necessidade de buscarmos ferramentas analíticas para decifrar as mediações entre essas matrizes de dominação, exploração e opressão. No entanto, o objetivo central do texto não é esgotar linhas argumentativas que nos situem na utilização de um dos conceitos supramencionados. A intenção é que possamos apresentar contribuições para o exercício de articular classe, sexo/gênero e raça na leitura da formação social brasileira, percebendo a interação entre estas categorias, não como elemento que somente se expressa na sociabilidade, mas que a fundamenta em sua formação.

Para uma análise adequada da dinâmica da formação social, faz-se mister identificar a reprodução social como um componente do processo de gestação de novos seres humanos, seja no sentido da reprodução biológica de existência imediata — leia-se “de mão de obra” — ou da gestão do atendimento das necessidades humanas fundamentais, como aponta Engels (2013). Ambos os sentidos atribuídos para o processo de reprodução social só podem se materializar através do trabalho, seja ele reprodutivo/sexual ou produtivo — no empreendimento dos meios necessários para a subsistência — e que,

¹Opta-se, neste texto, pela utilização das categorias sexo e gênero de maneira articulada, tendo em vista duas questões centrais: 1) o feminismo francófono, destacadamente, tem defendido a utilização da expressão “relações sociais de sexo”, em correspondência à inglesa *gender relations* (relações de gênero), como fundamento do patriarcado, divisão sexual do trabalho e controle das sexualidades. Compreende-se que esta concepção pode subsidiar análises fundadas em uma apreensão material, econômica e política das relações sociais porque a reprodução dos modos de ser e viver dos seres humanos organiza-se ontologicamente com a referencialidade do corpo e do sexo; 2) contudo, também se faz necessário pensar a opressão patriarcal e heterossexual de forma a considerar a existência de identidades que borram as fronteiras do sexo. Portanto, optamos pela utilização de sexo/gênero, sem diminuir a relevância histórica de nenhuma das duas categorias, recuperando o sexo e afirmando que deixá-lo “[...] fora do campo do gênero implica o risco de manter incontornável o seu estatuto de realidade” (Mathieu, 2009, p. 227).

dialeticamente, no capitalismo, reproduzem-se para o trabalho. Logo, o trabalho está no centro da reprodução das relações sociais.

Saffioti (1976), ao compreender a posição da mulher na divisão do trabalho e a reserva das funções de reprodução social nesta delegação — o trabalho de socialização dos filhos, de reprodução da família e sexual, quase sempre não remunerado — reconhece a integração periférica das mulheres na estrutura de classes. Desse modo, argumenta-se, de maneira preliminar, que a divisão sexual do trabalho sugere que parte relevante do trabalho necessário para a formação e reprodução de uma sociedade é delegado às mulheres em forma de opressão e dominação.

Silvia Federici (2017) é precisa ao afirmar o paralelo entre a perseguição às mulheres — identificadas como bruxas — que detinham o conhecimento para a administração de seus corpos e de suas sexualidades, e a gênese da acumulação primitiva do capital, ou seja, o momento embrionário de formação do modo de produção capitalista. Afinal, como destaca Saffioti (1976), o sexo/gênero opera, quase exclusivamente, de acordo com os interesses do modo de produção e, portanto, a caça às bruxas é a representação lógica do reposicionamento das mulheres no *lôcus* da subalternidade para o controle de seus corpos e, conseqüentemente, da sua função na máquina de reprodução do trabalho e da mão de obra para o trabalho.

Inúmeras produções acoplam debates sobre o trabalho de cuidado, a função das mulheres, sobretudo das mulheres negras, no Brasil, na sustentação do trabalho reprodutivo e sexual, e o controle de suas sexualidades como uma estratégia de gestão e logística da máquina do capital, como apresentaremos por meio dos referenciais utilizados para esta revisão². Diante disso, pensar o processo reprodutivo da formação social brasileira e das configurações que compõem, no circuito histórico desta particularidade, o seu modo de produção, é, necessariamente, lançar aportes que possam localizar a unidade entre sexo/gênero, raça e classe como um sistema que exerce controle sobre o modo de reprodução social.

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre elementos que compõem a reprodução do capital, na particularidade da formação da classe trabalhadora brasileira, como a divisão sexual e a divisão racial do trabalho. O texto, escrito através de uma revisão narrativa de literatura e a partir da leitura de referenciais que utilizam o método materialista histórico-dialético para uma compreensão mais profunda da dinâmica social — por entendermos a relevância de suas categorias analíticas, como a mediação, a totalidade e a contradição — está organizado em três tópicos primários.

A primeira seção versa sobre a ordem sistêmica de dominação, exploração e opressão na sociedade de classes. O segundo tópico apresenta a divisão sexual e a divisão racial do trabalho como instrumentos que influem na reprodução da classe que se forma para o trabalho. O terceiro tópico se desenha a partir de uma leitura sobre a população excedente que se expressa no capitalismo dependente: povo herdeiro da subumanidade enfrentada por mulheres e pessoas de cor na história da formação social brasileira.

²Cf. Federici (2017), Ferreira (2017), Gonzalez (2020a, 2020b, 2020c), Hirata e Kergoat (2007) e Saffioti (1992, 1976).

A ordem de classe, sexo/gênero e raça: imbricação das matrizes de dominação, exploração e opressão na sociedade de classes

Dentre os esforços dos movimentos sociais e do campo acadêmico, na contemporaneidade, no fluxo da análise das relações sociais e do sistema de dominação, exploração e opressão que infere na realidade social nesse momento histórico, encontra-se a tentativa de compreender a forma como as relações de classe, sexo/gênero e raça se imbricam na estrutura e no cotidiano da sociabilidade. Como introduzimos anteriormente, emergem, no contexto acadêmico-político, conceitos como “nó”, “interseccionalidade” e “consustancialidade”, na perspectiva de conferir considerações sobre a interação entre as matrizes de opressão, exploração e dominação.

De forma introdutória, importa destacar que a consustancialidade, ancorada por Danièle Kergoat (1978), aponta a coextensividade das relações sociais — inicialmente, considerando as matrizes de sexo e classe — na perspectiva de afirmá-las como relações imbricadas socialmente; mais tardiamente, trazendo a raça para a arena das relações consustanciais. A interseccionalidade desponta de uma observação das interações das experiências do binômio raça-gênero, no pensamento de Crenshaw (2017), em uma crítica à análise isolada destas categorias. A apreensão do nó, em Saffioti (1992), afirma a simbiose existente entre capitalismo-racismo-patriarcado, pensando-os enquanto esquemas participantes de uma mesma unidade.

Ferreira (2017, p. 45), ao identificar a variedade de terminologias gestadas do movimento de apreciação desta unidade sistêmica, compreende que “há, certamente, um alto nível de abstração nestes conceitos, mas um sentido comum os ancora: a apreensão das múltiplas e interrelacionadas determinações das desigualdades sociais”. Desse modo, o tópico apresentado a seguir tem como objetivo lançar notas que possam, sobretudo, contribuir para a compreensão e instrumentalização do enfrentamento às distintas expressões desiguais das relações sociais e da estrutura que as determina.

Se intentarmos atingir uma interpretação das metodologias de dominação, exploração e opressão a partir de uma perspectiva de totalidade, precisaremos estabilizar as reflexões que se expõem de modo a não desconsiderar o que Saffioti (1992) nos diz ser a simbiose do capitalismo-racismo-patriarcado e a simultaneidade em que estes se conformam nas contradições da totalidade. Em outros termos, posicionamos que não é possível decodificar o cerne das relações sociais sem encarmos o pacto entre as matrizes de opressão, exploração e dominação em sua complexidade e interconexão.

Saffioti (1992) ainda adverte sobre o compromisso de que cada um dos fenômenos escamoteados, mas não cindidos, nesta simbiose, possam ser apreciados como elementos constitutivos da unidade das relações sociais. Destarte, demarca-se que algumas perspectivas metodológicas tendem a observar os fenômenos da dominação e opressão sem considerar a exploração como referencial indispensável à caracterização do concreto em sua totalidade³. Qualquer leitura que não desponte de uma cartografia complexa da

³Sobre estas perspectivas, conferir Odete Assis (2021), que reconhece a existência de duas vertentes de discussão sobre a interseccionalidade no Brasil: a primeira pensa a interseccionalidade como um método, secundariza o debate acerca das políticas de classe e está mais vinculada à produção de conhecimento do pós-modernismo; a segunda, aquela que defendemos nos parágrafos que se seguem, observa a interação

realidade social, poderá se construir como uma abstração particularista que enclausura fragmentos da realidade social em uma bolha sem conexão com o todo de sua unidade.

Ademais, destacamos, como também propõe Saffioti (1992), que as matrizes e fenômenos de cisão social — classe, raça, sexo/gênero — constituem-se mutuamente de modo que sua interação salta a qualquer proposta de hierarquização. Saffioti confronta, por exemplo, a nomeação desta unidade como capitalismo patriarcal, seja pela ordenação vertical das matrizes ou pelo esgotamento de suas autonomias.

As argumentações de Verônica Ferreira (2017) notificam duas ressalvas a serem observadas, na perspectiva de minuciar a imbricação das matrizes. A primeira anotação corresponde à *práxis* de historicizar o movimento de investigação da realidade, situando que a interação entre as relações de opressão, exploração e dominação transpassam esse tempo histórico. A identificação da permanência dos múltiplos processos de subalternização das mulheres, a exemplo, nos confere o desafio de exame das leis gerais que movimentam a dinâmica da opressão, dominação e exploração. Um segundo aspecto observado por Ferreira (2017) é a universalidade dessas matrizes; fator que reforça a configuração sistêmica da ordem capitalista-patriarcal-racista.

Reiteramos que a formação dessas relações de opressão-dominação-exploração se forjou em distintos momentos histórico, como nos apontam, dentre outros, os estudos de Silvia Federici (2017) — através de um aprofundamento nas relações sociais e na posição da mulher no modo de produção feudal — e, ainda, as descobertas antropológicas de Lewis H. Morgan, na obra de Engels (2019) — ao observar o modo de organização do sexo em sociedades comunais/“primitivas”.

Todavia, é indispensável salientar que o sistema capitalista se instrumentalizou de outros fenômenos de dominação e opressão para estampar e complexificar o seu modo de operação. “O sistema capitalista se consolida incorporando relações de dominação que lhe são anteriores, do ponto de vista histórico, e reestruturando-as sob as necessidades de cada momento do seu desenvolvimento. É o caso da dominação exploração-patriarcal” (Ferreira, 2017, p. 47). Clóvis Moura (2014) nos diz ser também o caso das relações sociais referenciadas no racismo, ao compreender o racismo moderno como um “galho ideológico” do capitalismo.

Na concepção de Octavio Ianni (1978), o processo de escravização dos povos de África, e de torná-los negros e mulatos, ou seja, da racialização desses povos, encontra-se na base da formação não somente da economia do escravismo, mas de toda a sociedade. A formação social capitalista das Américas e do Caribe tem, em sua ascendência, uma formação social escravista e, portanto, a constituição de uma sociabilidade marcada pelos ditames ideológicos e materiais da opressão e exploração escravista/racista. Ianni (1978) ressalta, a exemplo, a formação de um operariado livre — característico do modo de produção capitalista e da democracia burguesa — mas quase exclusivamente inserido em atividades laborais manuais ou de vigília; no trabalho fabril-industrial, rural ou policial — quando não se encontra na reserva e desemprego. Por conseguinte, uma análise que

entre as matrizes de opressão como uma possibilidade na tradição marxista e captura a classe como central a esta articulação.

também não consiga articular raça e classe, além de particularista, se põe como a-histórica.

Em sequência, urge aparelhar a trama para enfrentar a ordem. É preciso ampliar o rigor metodológico de análise das interações sistêmicas das matrizes de opressão, dominação e exploração, identificando as facetas de operação dos seus fenômenos. Discutir como sexo/gênero, raça e classe novelam os aparelhos estruturais da formação social brasileira é uma direção imperativa para não reproduzir o economicismo de uma crítica político-econômica que secundariza as manifestações da ideologia na formação de um modo de produção e, em sociedades estratificadas, da própria classe. Por outro lado, pensar essa imbricação com atenção às relações sociais de produção, também confere uma referência materialista de desvelo do processo de trabalho para o desenvolvimento humano, na formação ideológica da opressão.

Reconstruindo cisões: a divisão sociossexual e racial do trabalho na formação social brasileira

É veraz constatar que o próprio Marx (2013), no livro 1 d'O Capital, reconhece que a divisão do trabalho é um processo espontâneo que diferencia a variedade do trabalho útil, mesmo nos organismos sociais e modos de produção de tempos mais remotos. Então, a divisão do trabalho não necessariamente acontece de forma simultânea ao fenômeno da exploração. Contudo, é também por meio da divisão do trabalho que o produto do trabalho pode ser trocado como mercadoria e convertido, posteriormente, em dinheiro (Marx, 2013). Lessa (2012) visualiza que a divisão do trabalho útil, aquele que produz valor de uso, era conhecida em sociedades pré-capitalistas. “[...] a distribuição de tarefas entre as pessoas não correspondia a uma divisão do poder, não tinha por pressuposto nem a exploração do homem pelo homem, nem qualquer hierarquia fundada pela propriedade privada” (Lessa, 2012, p. 12).

Entretanto, essa experiência de organização do trabalho em nada corresponde ao modo burguês de gestão e divisão do processo de trabalho. O trabalho capitalista, além de se firmar através do fenômeno da exploração, do lucro sobre uma mercadoria produzida e da alienação de trabalhadores e trabalhadoras do produto do seu trabalho, perfaz-se por meio de uma articulação com as relações de opressão e dominação. Saffioti (2000), ao perceber o conjunto das contradições que se imbricam para a formação das classes sociais, aponta que:

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais (Saffioti, 2000, p. 73).

Transversal a esta reflexão, explicamos que a divisão social do trabalho capitalista também se desenha através de uma divisão sociossexual e racial do trabalho. Como sobrelevam Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), existem duas concepções a serem consideradas na utilização do conceito de “divisão sexual do trabalho”: a primeira acepção se refere à distribuição desigual do mercado de trabalho para homens e mulheres; a segunda, alude ao processo de organização do trabalho doméstico entre os sexos/gêneros. É sobre essa

última direção que iremos nos ater, na identificação da delegação primaz da dimensão produtiva do trabalho aos homens e da reprodução social às mulheres.

Somando-se à divisão homossexual do trabalho, a divisão racial do trabalho aparece como um instrumento de distinção do trabalho realizado por mulheres negras e mulheres brancas na formação de determinadas sociedades, como é o caso da formação social brasileira. Em nível de exemplificação, Saffioti (1976) entende que essa cisão racial, imbricada à divisão sexual, acrescenta o elemento do trabalho sexual ao labor reprodutivo das mulheres negras, em detrimento do trabalho das mulheres brancas, na particularidade do escravismo colonial.

O tópico em desenvolvimento se propõe a discutir a prestação de serviço do fenômeno da divisão sexual do trabalho nas sociedades estratificadas, sobretudo de modo de produção capitalista, passando pelo controle das sexualidades, mais especificamente de mulheres, na organização do processo de reprodução social — nos termos burgueses — e do capital. A seção também contribui para visualizar como essas matrizes emaranham a formação social brasileira. Esta seção é um movimento de catarse frente às fraturas sexistas e racistas na formação da sociedade de classes, que só poderão ser reconstruídas com o corte no próprio modo de produção capitalista, como estratégia fundamental e radical na perspectiva da emancipação humana.

Controle e coerção das sexualidades na mecânica da reprodução social

Embora os debates sobre o sexo/gênero, por meio de um aprofundamento na constituição social das sexualidades, ainda sejam esparsos e escassos na tradição marxista⁴, é importante destacar que, conforme desenvolve Silvia Federici (2017), a perseguição às sexualidades que “representavam” ameaças à procriação e à transferência da propriedade privada na estrutura familiar, entendeu-se como elemento fundante da mecânica do modo de produção capitalista, em tempos de acumulação primitiva do capital. Federici (2017) delimita que a criminalização da bruxaria estava diretamente associada às práticas sexuais não reprodutivas enquadradas a seguir:

Os julgamentos por bruxaria fornecem uma lista informativa das formas de sexualidade que estavam proibidas, uma vez que eram “não produtivas”: a homossexualidade, o sexo entre jovens e velhos, o sexo entre pessoas de classes diferentes, o coito anal, o coito por trás (acreditava-se que levava a relações estéreis), a nudez e as danças. Também estava proscrita a sexualidade pública e coletiva que prevaleceu durante a Idade Média, como ocorria nos festivais de primavera de origem pagã que, no século XVI, ainda se celebravam em toda Europa (Federici, 2017, p. 350–351).

A criminalização das sexualidades se estendia a um quadro mais amplo do que somente a sexualidade feminina (Federici, 2017). No entanto, ressaltamos a centralidade do controle dos corpos de mulheres na dinâmica da reprodução e acumulação do capital. Vejam, a título de exemplo, como as bruxas, enquanto figura feminina, aludiram às diversas experiências

⁴ Ver crítica de Marília Moschkovich (2020) sobre o assunto em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/01/10/a-grande-tarefa-do-marxismo-e-o-sexo/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

de práticas sexuais disruptivas das necessidades daquele tempo histórico e do modo de produção em construção.

O conceito de heterossexualidade compulsória, cunhado por Adrienne Rich (2010), apesar de disputado por diferentes correntes teórico-metodológicos, é acertado ao se delimitar como a definição da forma compulsória de acesso dos homens aos corpos de mulheres e, por conseguinte, de acesso econômico às mulheres. É preciso reconhecer como o capitalismo se aparelha ideologicamente das relações de opressão, como a imposição heterossexual, para se consolidar como modo de produção dominante.

Para uma cartografia mais completa da ação da acumulação primitiva do capital na coerção e controle das sexualidades, sobretudo das mulheres, Federici (2017) destaca que algumas sexualidades disciplinadas no capitalismo eram compreendidas com outros significados em distintos momentos históricos. Este é o caso dos homossexuais, bruxas e prostitutas. A homossexualidade era completamente aceita em parcela significativa da Europa, mesmo durante o Renascimento. As bruxas e prostitutas, na Idade Média, simbolizavam a prestação de ações sociais à comunidade.

Federici (2017) ainda registra que a perseguição à bruxaria se replicou na opressão aos povos colonizados das Américas e escravizados de África, tendo os igualado através de signos como a representação diabólica, “[...] um desejo e uma potência sexual anormais” (Federici, 2017, p. 184). A questão apresentada por Federici é relevante para aferirmos novos elementos às interações estabelecidas entre as matrizes de opressão e exploração.

No Brasil escravista, o controle das sexualidades também se deu por meio da atenção à miscigenação, haja vista o risco para a reprodução da população escravizada, como identifica Saffioti (1976). A pensadora explica que a população “híbrida” ameaçava o funcionamento do modo de produção escravista, já que se pressupunha a redução da mão de obra escravizada na miscigenação racial. Em contrapartida, a precaução essencial na relação entre pessoas pertencentes a diferentes grupos raciais/étnicos não era à miscigenação em si, mas ao casamento entre estas, considerando a segurança ao elemento econômico, mediante a perpetuação da propriedade privada e familiar.

Trabalho reprodutivo e sexual das mulheres negras na sociedade escravista brasileira

Ao situar a função reprodutiva e sexual da mulher na sociedade de classes, seja numa perspectiva de atendimento às necessidades sexuais de homens ou de atendimento à necessidade de formação de novos seres humanos aptos a se tornarem mão de obra, é primordial reconhecer que há, ainda, na disposição desta divisão do trabalho, um processo de organização do labor reprodutivo de modo que a divisão racial do trabalho lhe confere elementos complementares, a partir de sua própria estruturação — o racismo — mas, também, consubstanciado em um sistema de imbricações, como abordamos anteriormente.

Dito isso é que se pode argumentar que, apesar da aparente linha tênue de diferenciação do trabalho sexual e reprodutivo das mulheres negras e brancas — que se ilustra sutil ao observar que ambas foram inseridas no trabalho doméstico e ambas cumprem função sexual, garantindo acessos aos homens — há uma rachadura austera na operação do trabalho realizado por cada uma delas. A formação social brasileira, que se cumpre

aparelhada em um modo de produção escravista e no racismo de cor, nos serve de exemplo da distinção do trabalho das mulheres brancas e negras na reprodução das classes, ao passo que também se coloca nas lentes da leitura de particularidade deste artigo.

Lélia Gonzalez (2020b) e Heleieth Saffioti (1976) caracterizam diferentes sentidos da exploração do serviço reprodutivo, prestado por mulheres negras e brancas, no escravismo colonial brasileiro:

A mulher branca da casa-grande desempenhava, via de regra, importante papel **no comando e supervisão das atividades que se desenvolviam no lar**. É preciso não esquecer que aquelas atividades não diziam respeito meramente aos serviços, que, hoje, são designados domésticos. A senhora não dirigia apenas o trabalho da escravaria na cozinha, mas também na fiação, na tecelagem, na costura; supervisionava a confecção de rendas, e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos, providenciava tudo para o brilho das atividades comemorativas, que reuniam toda a parentela (Saffioti, 1976, p. 170–171, grifo nosso).

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: **lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas**. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (Gonzalez, 2020b, p. 63, grifo nosso).

As percepções de Gonzalez (2020b) e Saffioti (1976) confirmam que o trabalho reprodutivo de mulheres negras e brancas era alocado em diferentes esferas da organização do trabalho, no escravismo colonial. Às mulheres brancas, delegava-se a **gestão** de parte relevante da reprodução social, salvaguardando a sua participação na “procriação”, enquanto a **execução** da parcela significativa do trabalho reprodutivo era atribuída às mulheres negras, somando-se às suas jornadas de trabalho sexual; uma cisão técnica no trabalho de reprodução social. Destarte, não é possível compreender todos os fenômenos mobilizados pela divisão sexual e divisão racial do trabalho sem imbricá-los de maneira correlata.

Articular as opressões e explorações que se arquitetam através do racismo e do sexismo, nos permite visualizar uma nova fragmentação na divisão sexual do trabalho: “A escrava de cor criou para a mulher branca das casas-grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa” (Hahner, 1978, p. 120–121 *apud* Gonzalez, 2020c, p. 104). Em outros termos, as mulheres brancas foram expurgadas, através do elemento racial, da parcela mais árdua do trabalho invisível, aquele que sequer é visto como trabalho, mas que se faz responsável pela criação de condições de subsistência para os trabalhadores que atuam no setor da produção.

No ensejo, acrescenta-se, conforme as contribuições de Gonzalez (2020b), que as mulheres negras não somente se fizeram mão de obra de reprodução social na formação do Brasil, mas atuaram no trabalho de produção. Gonzalez (2020b) nos diz que diversas foram as

funções delegadas às mulheres negras; dentre elas, também foram feitas “escravas do eito”, trabalhando no campo, nas plantações de café, cana etc.

Ademais, as mulheres negras ainda foram coagidas ao que Saffioti (1976) define como a “função regular da escrava”, ao tratar sobre os serviços sexuais apropriados pelos “senhores” brancos, prestados pelas mulheres negras escravizadas a estes. Relativamente à questão do trabalho sexual, Saffioti afirma que, geralmente, a colonização não se realizou através do deslocamento de grupos familiares às colônias; indivíduos colonizadores partiam, geralmente deixando suas famílias na metrópole, confiantes de seus retornos após as conquistas realizadas. Os senhores brancos que aportavam na “nova terra”, buscavam condições de permanência no território explorado, inclusive no atendimento às suas aspirações sexuais, encontrando, com a submissão imposta à população de cor — neste caso, às mulheres de cor — o ambiente ideal para experienciar suas “aventuras sexuais”. Saffioti conclui observando que o exposto se trata de um assunto da organização da família do colonizador, mas que presume, necessariamente, a não organização de família para as populações escravizadas (Saffioti, 1976).

Margem e herança social: marcadores de opressão e exploração na formação da classe trabalhadora brasileira

Na ilação das notas conjuradas neste artigo, cabe-nos uma breve leitura da contemporaneidade da reprodução da classe trabalhadora brasileira e sobre como a simbiose capitalismo-racismo-patriarcado se movimenta na gestão social dos modos de vida das populações que vivem do trabalho. Para alcançar tais referências analíticas, é relevante se orientar pela observação das camadas da classe trabalhadora que se encontram no subemprego e desemprego no Brasil, como consequência da relação de dependência⁵ à qual fora submetida a América Latina, em subsídio ao desenvolvimento do capital internacional (Marini, 2000) e, obviamente, a partir das contradições na relação capital x trabalho.

A incorporação do estatuto colonial na particularidade do capitalismo brasileiro se materializou por meio de uma emancipação política do país sem, contudo, caucionar sua autonomia econômica. Isso está expresso na relação exportadora de produtos primários e importadora de bens de consumo (incluindo bens duráveis) que atrofia o mercado nacional e insere o Brasil — tal como outros países da América Latina — em um cenário de dependência das nações industriais (Marques, 2018).

Marini (2000) observa que a produção de alimentos pelos países da América Latina e sua exportação às nações industriais possibilitou o desenvolvimento de atividades de especificidade industrial nestas nações e uma recomposição da taxa de lucro do capital estrangeiro-industrial, diante do barateamento do mercado interno referente aos meios básicos de subsistências. “[...] mediante a exportação de produtos abaixo do seu valor real, este continente intensifica a produtividade da grande indústria [...]” (Marques, 2018, p. 139).

⁵ Esta dependência, em Marini (2000, p. 109), é “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Realiza-se este adendo acerca da formação da classe trabalhadora brasileira como parte do cenário latino-americano para elaborar a definição de Gonzalez (2020a) sobre uma parcela dos desempregados brasileiros que compõem uma marginalidade não funcional, ou seja, supérflua para o funcionamento da máquina do capital, a partir do aprofundamento na tese de José Nun sobre “massa marginal”, “superpopulação relativa” e “exército industrial de reserva”. Tal caracterização da massa marginal de desempregados contribui para uma leitura de particularidade da América Latina, haja vista que, em Marx (2013), o “exército industrial de reserva”, o montante de pessoas em situação de desemprego, atua inibindo a organização da classe trabalhadora e, portanto, na redução salarial e consequente crescimento do capital, distintamente a esta massa disfuncional; conceito adequado à realidade latino-americana — ainda que a primeira também se revele como população relativamente excedente ao capital.

Em acréscimo, Ruy Mauro Marini (2000) constata que a subordinação da América Latina aos países imperialistas submete a classe trabalhadora latino-americana a um adensamento na exploração do trabalho, conceituando este processo como “superexploração do trabalho”, que se compõe através de três atributos: redução salarial, extensão da jornada de trabalho e redução do consumo do operariado⁶.

Entre a massa de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas — as que se encontram em reserva ou as “disfuncionais” — e mesmo as que são exploradas e superexploradas nas atividades produtivas e de reprodução, decerto que se centraliza a observação de Lélia, ao registrar que gênero, etnicidade [raça e sexo] são elementos que contornam a formação do operariado em desemprego e subemprego no Brasil (Gonzalez, 2020a). Ademais, cumpre relembrar que a reprodução social tem sexo/gênero e cor/raça, como demonstramos em tópicos antecedentes e, por conseguinte, a reposição das forças produtivas da classe trabalhadora brasileira é subsidiada pelo trabalho reprodutivo das mulheres negras.

Resta apontar, conforme situa Gonzalez (2020a), que o processo de modernização, no Brasil, foi marcado pela conservação de fundamentos do escravismo colonial, alijando a população negra da integração no mercado de trabalho. “Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo” (Gonzalez, 2020a, p. 47).

As mulheres negras, no pós-abolição, buscaram se incorporar em setores da indústria, como a produção de vestimentas e alimentos, e em determinados trabalhos de serviços, com a feminização desta esfera. No entanto, defrontaram-se com as exigências referentes à escolaridade frente às contradições vivenciadas no aceso à educação. Desse modo, haja vista a sua baixa integração no trabalho capitalista, as mulheres negras, parte da massa marginal brasileira, assumem, na contemporaneidade do capitalismo dependente, funções socialmente hereditárias: a doméstica e a mulata (Gonzalez, 2020a).

A função doméstica aparece em atividades como empregada doméstica, merendeira etc. “[...] o termo ‘mulata’ implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada ‘produto de exportação’, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses

⁶ Este artigo não pretende se aprofundar nas discussões de Marini sobre a dialética da dependência e sobre a superexploração do trabalho. Para melhor compreensão sobre a discussão, cf. Marini (2000).

nacionais” (Gonzalez, 2020a, p. 50): encargos quase restritos às mulheres de cor na sociedade brasileira.

Considerações Finais

Este artigo não se pretendeu ser uma decodificação das partes de uma unidade complexa que se forma na imbricação entre as opressões e explorações de classe, sexo/gênero e raça na conformação da classe trabalhadora brasileira. Pretencioso seria se, mesmo em um trabalho monográfico mais ampliado, este objetivo estivesse colocado, tendo em conta a complexidade dos fenômenos que envolvem estas matrizes, sobretudo quando se encontram em interação. Em contrapartida, reivindica-se o esforço de contribuição com o debate, que aciona a diversidade da classe trabalhadora e a multiplicidade das opressões e modos de exploração que a atinge.

As sociedades de classes, com destaque ao modo de produção capitalista e às formações sociais forjadas a partir dele, encontram, nas fraturas sociais, como a divisão sociossexual e racial do trabalho, um componente de sua fundamentação. Raça e sexo/gênero são matrizes necessariamente constituintes e continuadoras do modo de produção capitalista. A superexploração dos países dependentes, formados por uma classe trabalhadora majoritariamente de cor, o trabalho invisível de mulheres na reposição das forças produtivas, no atendimento às necessidades fundamentais dos trabalhadores que atuam na produção, a compulsoriedade do trabalho sexual para a gestação de novos seres humanos trabalhadores etc., demonstram como só é possível existir capitalismo, nos contornos adquiridos em sua fase monopolista e imperialista, com a opressão e exploração de mulheres e pessoas de cor.

Ainda se coloca como desafio, na tradição marxista, produzir sobre a questão racial ou questões de sexo/gênero e sexualidade, tendo em conta o descrédito de debates que demarcam a diversidade dentro da classe ou que a fundamentam em diálogo com marcadores de diferença e suas respectivas matrizes. Esta observação se expressa na crítica de Lélia Gonzalez (2020a), dentre tantas outras intelectuais que contribuem para uma apreensão materialista histórica das relações sociais e pactuam desta análise, ao afirmar o economicismo presente em algumas vertentes do marxismo.

Os desafios anunciados, portanto, não se acomodam nas fronteiras do método, mas na arena de disputa e priorização de uma verdadeira perspectiva de totalidade na produção de conhecimento do marxismo – aquela que possa articular as relações sociais de classe às de sexo/gênero e raça e à dimensão da sexualidade humana.

Marini (2000) problematiza dois desafios a serem confrontados pela tradição marxista: a escassez na leitura de particularidade e o ecletismo no exercício de análise da particularidade. É preciso potencializar produções de nossa própria tradição que se debrucem nos pormenores da formação social brasileira com todos os seus contornos e centralidades.

Por fim, é imperativo um compromisso radical com o enfrentamento às formas de opressão e exploração que atingem a classe trabalhadora, sobretudo as mulheres e pessoas de cor; e que este horizonte nunca se torne reformista! Que possamos produzir

uma ruptura política e humana emancipatória, confrontando e expurgando o modo de produção capitalista, o patriarcado e o racismo.

Referências

ASSIS, Odete. Introdução: alguns debates sobre interseccionalidade e marxismo. In: PARKS, Letícia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (org.). **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021. p. 257–269.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não brancas. Tradução de Carol Correia. **Geledes**, 23 dez. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margensinterseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-naobrancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Trad. Nélcio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à primeira edição: 1884. In: ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. **Marxists**, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/prefacio01.htm>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. Orientadora: Ana Elizabete Fiúza Simões da Mota. 2017. 202 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. Parte 1, cap. 1.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. Parte 1, cap. 3.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. Parte 1, cap. 5.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad. Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2025.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1978.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'Économie Politique**, n. 5, nova série, p. 65–97, out./dez. 1978.

LESSA, Sérgio. **Abaixo à família monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137–146, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/45Hqxxk8QY5qgvWjtNgDkH8F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 mar. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1 [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <file:///D:/Downloads/MARX-%20Karl.%20O%20capital%20vol%201-%20boitempo.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 222–231.

MOSCHKOVICH, Marília. A grande tarefa do marxismo é o sexo: Ou “Entre Stálin, Trótski, a Coreia do Norte e a lésbica bolsonarista: um divã para a esquerda revolucionária”. **Blog da Boitempo**, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/01/10/a-grande-tarefa-do-marxismo-e-o-sexo/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Geledes**, 19 jan. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao/?gclid=CjoKCQjw_O2lBhCFARIsABoE8B_FbeKu2V2ZLan5pokzSOwX64v3GY4FxEy2c-ZYiMXgVDmbqCSrsocaAskUEALw_wcB. Acesso em: 3 mar. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**: Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 3 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Dossiê Crítica Marxista**, v. 1, n. 11, p. 71–75, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300345/mod_resource/content/1/SAFFIOTI%2C%](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300345/mod_resource/content/1/SAFFIOTI%2C%20Quem%20tem%20medo%20dos%20esquemas%20patriarcais%20de%20pensamento.pdf)

20Heleieth.%20Quem%20tem%20medo%20dos%20sistemas%20patriarcais%20de%20pensamento.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade [recurso eletrônico]. Prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/865709/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

Submetido em: 3/3/2025

Aceito em: 13/5/2025